

A BATALHA NAVAL DE 1640: A TRADUÇÃO DE JOSÉ HYGINO NA REVISTA DO IHGB (1895)

THE NAVAL BATTLE OF 1640: THE TRANSLATION BY JOSÉ HYGINO IN THE IHGB JOURNAL (1895)

LEANDRO OLIVEIRA¹

Resumo

A batalha naval do ano de 1640 entre as armadas luso-espanhola e neerlandesa marcaram a última grande tentativa da Coroa Ibérica de tentar libertar o Nordeste brasileiro do jugo da Companhia das Índias Ocidentais. Anteriormente armadas de socorro foram enviadas nos anos de 1631 e 1635 na expectativa de conseguir expulsar os exércitos neerlandeses, mas tais intentos fracassaram, a esperança residia que na armada de 1640, liderada pelo Conde da Torre, pudesse obter sucesso, ainda mais após as vitórias iniciais ocorridas na costa da Bahia. O presente artigo analisou o teor e contexto do relatório neerlandês traduzido pelo historiador José Hygino Duarte Pereira e publicado nas páginas da revista do IHGB em 1895 e sua importância para os estudos sobre o Brasil holandês, a história marítima e a nova história militar.

Palavras-chave: Brasil holandês; história marítima; história militar; guerras luso-holandesas.

Abstract

The naval battle of 1640 between the Portuguese-Spanish and Dutch fleets marked the last major attempt by the Iberian Union to liberate Northeast Brazil from the yoke of the Dutch West India Company. Previously, relief fleets were sent in 1631 and 1635 in the hope of expelling the Dutch armies, but these intentions failed. Hope rested on the 1640 fleet, led by the Count of Torre, which achieved success, especially after the initial victories off the coast of Bahia. This article analyzes the content and context of the Dutch report translated by the historian José Hygino Duarte Pereira and published in the IHGB journal in 1895, and its importance for studies on Dutch Brazil, maritime history, and the new military history.

Keywords: Dutch Brazil; maritime history; military history; portuguese-dutch wars.

¹ Doutor em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Museu Virtual Marítimo do Extremo Oriental das Américas (EXEA). E-mail: leandro.vilar@museuexea.org. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8905-9727>.

Introdução

José Hygino² Duarte Pereira (1847-1901) era advogado de formação, posteriormente tornando-se professor de Direito na Faculdade de Direito no Recife. Atuou brevemente como promotor público e deputado estadual durante sua passagem por Santa Catarina, retornando a Pernambuco onde foi eleito deputado e passou a defender o movimento republicano, vindo a compor a Constituinte Republicana entre 1890-1891, ocupação que lhe rendeu o cargo interino de Ministro da Justiça em 1892, mais tarde eleito Ministro do Supremo Tribunal Federal de 1892 a 1897.³

Além de sua carreira como advogado, político e ministro do STF, José Hygino foi um homem interessado pelas letras e a história, tornando-se tradutor e passando a estudar história do Brasil, especialmente o período do Brasil Holandês⁴ (1630-1654) em Pernambuco. Tornou-se sócio colaborador do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) por longos anos, inclusive sendo enviado pelo instituto aos Países Baixos, em 1885, para visitar arquivos, transcrevendo vários documentos primários, que depois traduziu ao português. O relatório de sua viagem a trabalho foi extensamente publicado no volume 30 da revista do IAHGP, no ano de 1886, em que se informava o motivo da sua missão de coletar documentos, cataloga-los e traduzi-los, além de apresentar uma listagem de todos os itens coletados. (MACHADO, 1886).

A coleção consultada por José Hygino é conhecida pelo título de *Brieven en Papieren uit Brasillie* (Cartas em Papéis do Brasil), composta por documentos datados de entre 1630 e 1654, oriundos do Supremo Conselho do Recife, do Conselho de Justiça, do Conselho de Finanças, além de cartas escritas por militares, funcionários da WIC, mercadores etc., totalizando 19 fôlios⁵ com centenas dessas cartas, algumas consistindo em relatórios políticos, administrativos, militares e financeiros, além de avisos, reclamações, petições, denúncias, despachos, acordos, atas, comunicados particulares etc. A maior parte da documentação

² Optamos em deixar o seu nome na grafia original do século XIX, embora vários autores tenham alterado ele conforme as normas gramaticais foram mudando.

³ SUPREMO Tribunal Federal. José Hygino Duarte Pereira. Galeria dos Ministros do STF, 1 de dezembro de 2007. Disponível em: https://web.archive.org/web/20071201235655/http://www1.stf.gov.br/institucional/ministros/republica.asp?cod_min=21. Acesso em: 04 fev. 2026.

⁴ Embora tenhamos usado o termo Brasil holandês, o fizemos por ser a forma mais difundida na historiografia brasileira. Contudo, o gentílico correto é neerlandês para habitante dos Países Baixos, conhecido popularmente como Holanda.

⁵ Esses documentos compõem o acervo da *Coleção José Hygino* no IAHGP.

estava redigida em neerlandês, mas havia alguns documentos em francês, português, espanhol, alemão e outros idiomas como o caso das Cartas Tupis⁶ (1645), redigidas em tupi pelos indígenas Antônio Felipe Camarão, Pedro Poti e Diogo Camarão. (MACHADO, 1886).

Dentro desse vasto acervo de documentos avulsos, encontrava-se um extenso relatório sobre as batalhas navais de 1640, cujo texto foi traduzido por José Hygino do neerlandês para o português, sendo publicado a primeira vez de forma seriada no *Jornal do Commercio* (do Rio de Janeiro), nas edições de 30 de março, 8 e 20 de abril, 3 e 29 de maio, todas do ano de 1894, sob título de *História Nacional: Batalha de 1640*. (HYGINO, 1895).

Naquele tempo não era incomum alguns jornais publicarem ensaios políticos, históricos e filosóficos, além de haver a publicação de romances, novelas e estudos, como o caso de José Hygino, que publicou sua tradução. Todavia, para efeitos de consulta a esse importante relatório, o leitor tinha dificuldades de acessá-lo, já que o mesmo era extenso e foi dividido em cinco edições do *Jornal do Commercio*, então José Hygino conseguiu reunir todo o relatório e publica-lo integralmente no tomo LVIII, parte 1, no ano de 1895, na revista do IHGB, de cuja versão fizemos uso.

Dessa forma, o presente artigo apresenta comentários sobre o relatório traduzido por José Hygino e publicado na revista do IHGB, destacando o contexto dessas batalhas abordadas no relato, o seu valor para pesquisas sobre história marítima e história naval a acerca do período do Brasil holandês, e a importância da sua tradução na revista do IHGB, instituição basilar para a difusão do conhecimento histórico, geográfico, antropológico, etnológico no Brasil desde os tempos imperiais.

A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado na cidade do Rio de Janeiro a 21 de outubro de 1838 como parte dos projetos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) a partir da proposta do cônego Januário da Cunha Barbosa e do marechal Raimundo José da Cunha Matos, influenciados por instituições científicas europeias. Soma-se a isso a condição que o Arquivo Público Nacional foi também fundado no

⁶ NAVARRO, Eduardo. Transcrição e tradução integral anotada das cartas dos índios Camarões, escritas em 1645 em tupi antigo. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 17, n. 3, p. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/vy7RnrNvd5B4rrCCX6vVx4d/?lang=pt>. Acesso em: 04 fev. 2026.

mesmo ano de 1838 como parte da missão de organizar, catalogar e centralizar a documentação administrativa do império. (GUIMARÃES, 1988).

Dessa forma, o IHGB tinha entre suas funções a de pesquisa, principalmente nas áreas de História e Geografia, mas também em Antropologia e Arqueologia, formação de acervos como bibliotecas, arquivos e museus; publicações de livros e periódicos científicos; financiamento de pesquisas de campo no Brasil ou no exterior; realização de palestras e eventos. (GONÇALVES, 2010).

As definições em torno da escrita da história oficial pelo IHGB estabeleciam as análises e interpretações hegemônicas da trajetória social, econômica e política brasileira. O padrão da escrita da história que o Instituto queria compor tinha como princípio fundamental a inscrição do Brasil na epopéia da civilização, incluindo desse modo o país recém independente na mesma trilha histórica dos países da Europa ocidental. Sendo a História compreendida como a narração da obra intelectual da humanidade, a prática historiográfica do Instituto buscava registrar na epopéia da civilização ocidental um sentido único da trajetória histórica do Brasil que privilegiava a legitimação da monarquia brasileira estabelecida pela Constituição de 1824 (GONÇALVES, 2010, p. 2).

O IHGB surgido na época do período regencial (1831-1840), mais tarde acolheu a pessoa do imperador D. Pedro II como seu presidente honorário, tornando-o um os símbolos da intelectualidade da época imperial, ainda mais pela condição do monarca ter sido um erudito. Não obstante, o IHGB tornou-se também referência na produção da história nacional, voltada para a valorização do povo, da cultura, do império, da nacionalidade, do patriotismo e do civismo.

É sobre o pano de fundo mais amplo desta discussão que o IHGB encaminhará suas reflexões acerca do- Brasil, realizando a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se quer definir para a Nação brasileira. (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Como forma de incentivar o desenvolvimento dessa história nacional e o imaginário de nação brasileira, o IHGB lançou em 1839 sua revista científica de periodicidade trimestral para publicar a produção de seus sócios efetivos, honorários e colaboradores, abarcando assuntos acadêmicos, científicos, mas também oriundos de questões políticas, sociais, econômicas e culturais do período. (PILLAR, 2001). A revista do IHGB é o periódico científico brasileiro mais antigo em circulação contínua, reunindo uma das mais vastas produções sobre as áreas de História, Geografia, Antropologia e Arqueologia no Brasil, contando com 499 edições publicadas desde então.

A revista desde suas origens publica uma variedade de textos como artigos, ensaios, traduções, transcrições, biografias, relatórios, extratos de atas, listas, inventários e até a publicação de livros seja na forma de tradução ou transcrição, mesmo que significasse dividi-lo ao longo dos volumes. (PILLAR, 2001).

Contudo, quando a tradução de José Hygino foi publicada em 1895, a revista já vivenciava sua fase no período republicano, tendo mudado algumas de suas diretrizes.

Difícilmente no passado do país, pôde-se observar tão diversos futuros como nos anos imediatamente após o 15 de novembro de 1889. O repentino triunfo republicano pôs os brasileiros em face do problema do futuro nacional, ao mesmo tempo que lhes obrigou a considerar no passado singularidades que vinham sendo desprezadas. Nestes primeiros anos da República, os desafios de futuro se impunham a um presente ainda muito sobrecarregado de passado: as recordações estavam lado a lado com as esperanças. Envolto nessas discussões, o passado foi objeto de disputas mobilizando interesses políticos e de conhecimento numa rede complexa em que do lugar do poder se construíram saberes a respeito dos tempos pretéritos. Ademais o conflituoso uso pelos recentes e antigos donos do poder, os estudos históricos no Brasil sofreram novas propostas de remodelação, principalmente, a partir das influências intelectuais européias. (HRUBY, 2003, p. 2).

O IHGB foi se adaptando a mudança do cenário político brasileiro, trocando a monarquia constitucional por um republicanismo ainda em desenvolvimento, apesar da nova constituição republicana ter sido aprovada em 1891, tudo ainda era recente. Então é de se imaginar que publicações que valorizassem o período monárquico tenham sofrido censura diante do novo governo que procurava consolidar sua autoridade. Assim, como salientado por Hruby, isso gerou um campo de disputas pelo passado histórico, de como esse seria utilizado para agora firmar o novo governo. No caso do período do Brasil holandês, esse passou por isso.

Desta forma, ressignificar acontecimentos de épocas distintas do passado brasileiro no intuito de fundi-los num discurso patriótico, foi algo comum no Brasil e em outros países também, pois “cada geração seleciona ruínas do passado e, juntando-as de acordo com seus próprios ideais e valores, faz delas casas características de seu tempo”. (ELIAS, 2001, p. 32). No caso das guerras contra os neerlandeses durante a fase de restauração (1645-1654), essa foi escolhida através das Batalhas dos Guararapes como marco da bravura, da força, da determinação, do patriotismo brasileiro em meados do século XVII.

As lutas com os holandeses, sem falar na primeira invasão da Bahia em 1624, estenderam-se por vinte e quatro anos, desde a tomada de Olinda e do Recife em 1630 até a capitulação da Campina do Taborda em 1654. E' o período épico da historia do Brazil. Os actuaes estados de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande, Ceará, Maranhão para o norte do Recife, que o inimigo tomou por sua capital e centro de

suas operações, e os de Alagoas, Sergipe e Bahia para o sul foram sucessivamente invadidos e ocupados com maiores ou menores vantagens para os nossos adversários. Muitos foram n'esse tempo os nossos feitos de valor em terra e no mar. No céu de nossa historia deverão sempre brilhar os nomes de Mathias de Albuquerque, Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Camarão e Henrique Dias, os incomparáveis heroes das luctas e da restauração pernambucana. O maior titulo, porém, dessa memorável campanha, cheia dos mais duros sacrificios, consiste na affirmação nitida e consciente do patriotismo brasileiro (ROMERO, 1890, p. 27-28).

Essa longa citação foi redigida pelo historiador Sylvio Romero (1851-1914) para o livro *A História do Brasil ensinada por seus heroes* (1890), de caráter didático e já dirigido para a geração que crescerá sob um governo republicano. O interessante é notar como o período do Brasil holandês ainda era valorizado naquela década de 1890, condição essa que José Hygino não deve ter encontrado dificuldades em publicar sua transcrição, já que era um assunto histórico que interessava historiadores, mas também o instituto e suas ideias nacionalistas e patrióticas.

Mas feita essa síntese explanatória sobre o IHGB e sua revista e o contexto em que a tradução de José Hygino foi publicada, passemos para conhecer a situação histórica na qual o relatório por ele traduzido se refere.

O contexto da Batalha Naval de 1640

A batalha ocorrida nos mares brasileiros no ano de 1640 foi a terceira expedição naval enviada pela Coroa Ibérica⁷ no intuito de socorrer o Brasil, o qual desde 1630 tinha sido novamente invadido pelo exército neerlandês da Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie* – WIC)⁸. A primeira invasão ocorreu em 1624, resultando numa rápida vitória para a WIC, que se apossou da Baía de Todos os Santos e da cidade de Salvador, então capital colonial. Porém, o rei Felipe IV de Espanha e Portugal enviou a poderosa Jornada dos Vassalos para resgatar a capital brasileira, levando a expulsão dos neerlandeses em maio de 1625. (OLIVEIRA, 2025).

⁷ Usamos o termo Coroa Ibérica para se referir ao período político denominado por alguns como União Ibérica (1580-1640), quando Portugal e suas colônias passaram a serem governadas pelos reis espanhóis Filipe II, Filipe III e Filipe IV, resultando na época do “Brasil espanhol”.

⁸ Embora os Países Baixos estivessem em guerra contra os espanhóis desde 1568 por conta da rebelião que levou sete províncias a formarem uma república e deixarem o domínio do império espanhol, todavia, Filipe II e seu filho impuseram boicotes ao comércio neerlandês com Portugal e suas colônias, sendo que os neerlandeses eram grandes compradores do açúcar brasileiro, responsáveis por refina-lo e revende-lo na Europa. Assim, um segundo motivo crucial que levou a WIC a invadir o Brasil foi contornar esse boicote e se apossar da produção açucareira, o então “ouro branco” daquele tempo. (ORTIGÃO, 1988).

Contudo, cinco anos depois eles retornaram, atacando Pernambuco, apossando-se rapidamente de Olinda e Recife, mas diferente do que se testemunhou em Salvador, o socorro que foi enviado em 1631, liderado pelo general Antônio de Oquendo (1577-1640), que levou a Batalha dos Abrolhos na Bahia, no que resultou na derrota da armada luso-espanhola. Com o fracasso de Oquendo em tentar proteger um comboio mercante e enfrentar os navios de guerra neerlandeses, o governo espanhol teve que recuar, enviando nos anos seguintes poucos navios com tropas e recursos. Enquanto isso ocorria, os exércitos da WIC iam conquistando território por Pernambuco, vindo a tomar controle de Itamaracá e Rio Grande do Norte em 1633, e no ano seguinte foi a vez da Paraíba ser capturada. (BOXER, 1964).

Dessa forma, em 28 de novembro de 1635, chegou ao porto de Jaraguá em Alagoas, a armada do general dom Lope de Hoces y Córdova (?-1639), trazendo o novo governador-geral do Brasil, Pedro da Silva, além de tropas portuguesas, espanholas e napolitanas lideradas pelo mestre-de-campo Luiz de Rojas y Borja, designado como sucessor de Matias de Albuquerque Coelho⁹ (1597-1647) no comando geral das forças de resistência em Pernambuco. Apesar da chegada dos reforços, não houve avanço no conflito, pois em 1636, Porto Calvo e o Arraial do Bom Jesus, os últimos bastiões da resistência, foram tomados pelos neerlandeses. Depois de tal acontecimento, uma nova armada de reforço demoraria mais quatro anos para ser enviada. (BOXER, 1964).

No ano de 1640 a situação no Brasil holandês estava confortável para a WIC, pois eram tempos da gestão do Conde João Maurício de Nassau (g. 1637-1644), além de que por esse período a companhia neerlandesa tinha conseguido capturar o Ceará e São João da Mina na Guiné, importante porto no comércio de escravizados. Por sua vez, a WIC objetivava invadir o Maranhão e Angola, mas enquanto isso não acontecia, Nassau seguia gestando a colônia, realizando obras no Recife, assim como, ordenando melhorias na cobrança de tributos e na produção e armazenamento de açúcar. (MELLO, 2010).

Porém, em Portugal a situação era problemática, pois parte do povo português estava bastante insatisfeita com o reinado de Filipe IV, inclusive alguns acusavam o monarca de ser incompetente em conseguir recuperar o controle do Brasil, como tinha feito em 1625. Outros também acusavam o soberano espanhol de estar sendo negligente com o Brasil, por este ser

⁹ Era o irmão mais novo de Duarte de Albuquerque Coelho (1591-1658), então capitão donatário de Pernambuco. Sendo também primo de Antônio de Albuquerque Maranhão, que foi capitão-mor da Paraíba de 1627 a 1634. Matias de Albuquerque atuou de 1630 a 1635 como principal comandante das forças de resistência. (OLIVEIRA, 2016).

uma colônia portuguesa originalmente e não de origem espanhola. Esse desgosto foi atiçando uma revolta entre a nobreza e a burguesia, construindo-se assim ao longo do ano de 1640 um plano de insurreição, mas enquanto isso não se consumava, o rei Filipe IV decidiu enviar nova armada para socorrer o Brasil. (MELLO, 2010).

Ainda no ano de 1639, os neerlandeses estavam cientes de que uma nova armada luso-espanhola foi enviada ao Brasil por conta da movimentação de várias embarcações avistadas entre os meses de novembro e dezembro, por tal condição, Maurício de Nassau em 1 de janeiro de 1640 se pronunciou para seus almirantes e demais comandantes acerca de um iminente ataque naval. Navios patrulha percorriam o litoral de Alagoas ao Rio Grande do Norte monitorando possíveis desembarques de tropas inimigas. Todavia, a armada de socorro estava ancorada na Baía de Todos os Santos, longe da influência neerlandesa. (HYGINO, 1895).

A armada de socorro era comandada por D. Fernando de Mascarenhas (c. 1610-1651), 1º Conde da Torre e governador-geral interino do Brasil em 1639. O conde embora tenha chegado a Bahia no começo de outubro de 1639, não realizou nenhum ataque por aguardar reforços e a chegada do governador-geral efetivo, seu parente Vasco de Mascarenhas (c. 1605-1678). Com isso os planos de ataque foram adiados para janeiro do ano seguinte.

O conflito teve início em 12 de janeiro de 1640, quando os navios portugueses e espanhóis confrontaram as embarcações neerlandesas entre as costas da ilha de Itamaracá e Goiana, após a armada surgir ali depois de tentar despistar a patrulha neerlandesa. Inicialmente cogitou-se arriscar um grande desembarque na praia de Pau Amarelo (atualmente no município de Paulista) nas cercanias da Vila de Olinda, como forma de pressionar as defesas neerlandesas, mas como a WIC já estava ciente da presença da armada em águas brasileiras, reforçou suas defesas costeiras, obrigando o Conde da Torre desistir do desembarque e seguir rumo ao norte, procurando novo local para desembarcar. (BARLÉUS, 1942).

A batalha do dia 12 de janeiro se mostrou perdida para os neerlandeses os quais tinham a expectativa de triunfar sobre os luso-espanhóis tentando obter uma vitória rápida, mesmo que o inimigo estivesse em maior número. O almirante Willem Corneliszoon Loos ordenou que seus navios perseguissem o inimigo para evitar o desembarque deles. O segundo conflito decorreu no dia 13 ao largo da costa da Paraíba, em localização incerta, entre Goiana e o Cabo Branco. Ali um dos navios neerlandeses veio a pique e os luso-espanhóis perderam

duas embarcações. Devido a ventos desfavoráveis o avanço da armada luso-espanhola foi retardado, deixando-os ainda na costa paraibana. Na manhã do dia 14 de janeiro, no litoral norte da Paraíba novo conflito ocorreu e mais embarcações e homens foram perdidos. (BARLÉUS, 1942).

Devido a ventos desfavoráveis, as duas frentes de batalha ficaram a marasmo por quase dois dias ao largo da costa da Paraíba, somente no dia 17 alcançaram o litoral do Rio Grande do Norte, em que ocorreu o quarto conflito na altura do Cunhaú (no sul do estado). O ataque neerlandês foi exitoso, pois impossibilitou o desembarque das tropas de reforço, forçando a armada do Conde da Torre a prosseguir rumo ao norte para além do Cabo de São Roque. Todavia, os neerlandeses desistiram de dar prosseguimento a perseguição que durava cinco dias e retornaram ao Recife. Por conta disso, o conde conseguiu desembarcar parte das tropas no Rio Grande do Norte, que depois marcharam para a Paraíba e Pernambuco no intuito de reforçar suas forças. (HYGINO, 1895).

Os relatos neerlandeses elogiaram a vitória sobre a armada do Conde da Torre, por sua vez, o conde ao se reportar ao rei Felipe IV, não reconheceu sua expedição como desastrosa, salientando que perdeu poucos navios e ainda conseguiu desembarcar parte das tropas. Mesmo com esse desembarque os planos de mobilizar as forças de resistência para iniciar campanhas de contra-ataque não se concretizaram (SALVADO; MIRANDA, 2001). Os neerlandeses se mantiveram relativamente seguros até 1645, quando teve início a guerra de restauração (1645-1654), começada em Pernambuco e que se estendeu para Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Fontes para se estudar a Batalha Naval de 1640

No tópico anterior foi apresentado um breve resumo do contexto histórico das guerras luso-neerlandesas que levaram até a chegada da armada do Conde da Torre e as quatro batalhas travadas no ano de 1640. Agora comentamos a respeito das fontes para se estudar esse conflito naval e a importância do relatório traduzido por José Hygino e publicado em 1895.

De início informa-se que existem poucas fontes sobre a batalha naval do ano de 1640. Duas obras são as mais importantes devido a sua extensão de detalhes, as demais são informes mais breves sobre os acontecimentos. Sendo assim, a primeira obra consiste no livro *História*

dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau (1647) foi redigido pelo cronista, teólogo, poeta, médico e professor neerlandês Gaspar Barléus (1584-1648), figura de renome na época, contratado por João Maurício de Nassau para redigir uma obra sobre os domínios da WIC no Brasil.

Por conta de seus mecenas, o livro embora aborde o ataque a Salvador em 1624 e depois a invasão em 1630, no entanto, ele centra-se entre 1638 e 1644, ou seja, os oito anos do governo de Nassau. Barléus nunca visitou o Brasil, tendo coletado suas informações de outros autores e de documentos da própria WIC para redigir seu livro que incluiu gravuras feitas por Frans Post (1612-1680), pintor neerlandês que morou no Brasil durante o governo nassoviano. Não obstante, o livro de Barléus é um os melhores relatos sobre a batalha naval de 1640, compreendendo cerca de 10 páginas sobre esse conflito, já que a obra de Barléus compila vários acontecimentos militares importantes, apresentando-os de forma resumida. (SILVA, 2001).

Por sua vez, outras informações sobre a batalha naval de 1640 advém de menções em cartas portuguesas e espanholas sobre o ocorrido, mas nenhuma aprofundou o caso. Todavia, José Hygino vasculhando o arquivo do Conselho de Justiça da WIC no Recife, encontrou um longo relatório datado de 2 de março de 1640, assinado por Maurício de Nassau e demais membros do conselho, encaminhado ao Conselho dos XIX em Amsterdã.

O documento traduzido por José Hygino possui 58 páginas, facilmente teria sido impresso na época como um livreto, mas tratava-se de um relatório administrativo extenso. Embora José Hygino tenha o nomeado como “Batalha naval de 1640”, o documento é dividido em cinco partes e não se restringe apenas a narrar em detalhes o conflito, mas comentar também alguns aspectos da situação da colônia neerlandesa no Brasil, especialmente nas últimas duas partes.

Após uma breve introdução, o relatório inicia-se comentando como os neerlandeses tomaram conhecimento da presença da armada luso-espanhola comandada pelo Conde da Torre, algo ocorrido em novembro de 1639, informando que o envio de socorro contava com 86 navios e um contingente entre 11 a 12 mil¹⁰. Assim, diante da informação dessa armada que estava fundeada na Baía de Todos os Santos, Maurício de Nassau tratou de preparar as

¹⁰ Os números exatos são desconhecidos pois as fontes luso-espanholas conhecidas não informam a quantidade certa, mas estaria entre 4 a 6 mil homens. (MELLO, 2010).

forças de defesa. O relatório expõe os detalhes a respeito de algumas de suas ordens. No meio desse relato o documento informa a respeito da chegada de navios com reforços, mantimentos e ordens, algo ocorrido ao longo dos meses de novembro e dezembro de 1639.

Se o relato de Barléus é bem mais objetivo, centrando-se nas batalhas navais, o relatório em questão apresenta os bastidores desses conflitos, pelo menos, no que se refere aos preparativos dos neerlandeses para as batalhas, apresentando dados sobre o contingente de guarnições deslocadas para reforçar posições na costa pernambucana, pois esperava-se por uma operação de desembarque, a qual como salientado no tópico anterior, não conseguiu ser concretizada em praias pernambucanas. O documento salienta que se cogitou que o inimigo poderia aportar em Alagoas, onde Felipe Camarão¹¹ e uma tropa de 1.500 homens tinha sido avistada, acendendo o alerta dos neerlandeses, que enviaram navios para patrulhar a costa naquela ocasião.

Diante dessa desconfiança o relatório informa cada dia em diante sobre as notícias que chegavam a respeito da vinda da armada do Conde da Torre, algo que é importante ser salientado, pois mostra que o fator surpresa inexistia naquela condição. Duas dúvidas permeavam os pensamentos dos neerlandeses: quando a armada chegaria e em que local iria tentar desembarcar. Essas dúvidas foram marcantes tanto no relatório traduzido por José Hygino quanto no relato de Barléus, pois ambos mostram que a armada do Conde da Torre tentou chegar de surpresa, tendo sido parcialmente avistada diante da barra do rio Paraíba e posteriormente na altura da ilha de Itamaracá, isso ocorrido a 11 de janeiro, sendo que a primeira batalha teve início no dia seguinte.

Outro aspecto destacado no relatório é sua atenção dada a acontecimentos em terra, não apenas no mar, como Barléus fez. O relatório informa que André Vidal de Negreiros estava incendiando canaviais na Paraíba por aquele período, enquanto Felipe Camarão marchava com tropas ao lado de João Lopes Barbalho e seus homens, na região de Porto Calvo. A preocupação é que um cerco fosse montado naquela ocasião, por terra e mar.

A última batalha naval foi travada em 17 de janeiro como anteriormente informado. Depois disso os neerlandeses desistiram de continuar a perseguição. Barléus adentrou a tratar outros assuntos, mas o relatório da batalha informou que a guarnição neerlandesa do Castelo Ceulen (Forte dos Reis Magos) em Natal, estava de prontidão para verificar um possível

¹¹ Antônio Felipe Camarão (c. 1600-1648) foi um indígena Potiguara nascido na Capitania do Rio Grande do Norte, conquistando o título de dom e a patente de capitão dos índios. Atuou ao longo das guerras luso-neerlandesas tornando-se um herói de guerra. (VAINFAS, 2001).

desembarque ou a presença de tropas de reforço. Por sua vez, a mesma ordem foi expedida na Paraíba, reforçando-se a guarnição no Forte Margarida (Fortaleza de Santa Catarina), além de se expedir ordens para se caçar Vidal de Negreiros¹² e seus homens que seguiam atacando os engenhos. Tudo isso foi reportado a 19 de janeiro.

O relatório também se referiu a D. Fernando de Mascarenhas chamando-o de governante interesseiro e pouco prático na arte da guerra, tendo cometidos erros de estratégia e comando que resultaram no fracasso do desembarque em Pernambuco e na derrota nos conflitos navais. Como salientado anteriormente, o relatório não apenas referiu-se a batalha naval de 1640, sendo ele dividido em cinco partes, as duas primeiras cobrem os acontecimentos da batalha, mas os outros três reportam-se sobre outros ocorridos.

A terceira parte resume a movimentação de tropas por terra, encarado como consequência dos planos de se montar um cerco ainda em janeiro de 1640. Por conta disso, o relato adentra o mês de fevereiro reportando-se a mobilização das tropas de Barbalho e Camarão por Pernambuco, além de tropas neerlandesas atuando na Paraíba à caça de Henrique Dias¹³ e Francisco Rabelinho, esse segundo, procurado desde 1636 por ter armado a emboscada que matou o governador Ippo Eysens na Paraíba.

Todavia, a terceira parte o relatório para de relatar sobre o que se sucedeu após a passagem a armada do Conde da Torre e emenda com relatos sobre problemas de abastecimento e reclamações quanto ao preço de alimentos. Depois disso outros assuntos vão sendo tratados no restante do relatório até sua conclusão. Contudo, nos interessa apenas as páginas referentes ao relato da batalha naval de 1640, que envolveu mais de uma centena de embarcações, em que mais de sete delas naufragaram, tendo durado quatro dias de conflito direto, seis dias de perseguição e mais três semanas de busca por terra atrás dos reforços que conseguiram desembarcar.

Considerações finais: a importância do relatório de José Hygino

¹² André Vidal de Negreiros (?-1680) era paraibano e serviu longos anos nas guerras luso-neerlandesas atuando por Pernambuco, Bahia e Paraíba. Tornou-se herói de guerra. Após o término do Brasil holandês assumiu cargos de governador no Maranhão, Pernambuco e Angola. Mais tarde aposentou-se da política e se tornou senhor de engenho e fazendas. (VAINFAS, 2001).

¹³ Henrique Dias (?-1662) era um ex-escravizado pernambucano que se tornou “capitão de negros”, o mais importante a assumir esse cargo, liderando tropas de ex-escravizados e mestiços. Alcançou a patente de mestre-de-campo (equivalente a coronel) e ganhou comendas. Se tornou um dos heróis de guerra contra os neerlandeses. (VAINFAS, 2001).

Como salientado anteriormente, as fontes para se estudar a batalha naval de 1640 ocorrida na costa brasileira entre Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte carece de fontes expressivas. A maior parte dos relatos advém de correspondência de gente envolvida, mas sem apresentar detalhes. Restando o livro de Gaspar Barléus e o relatório traduzido por José Hygino como principais fontes sobre essa importante batalha naval que marcou o fim das ações do governo espanhol em ajudar o Brasil, pois em dezembro de 1640 teve início o processo de restauração portuguesa, em que D. João II foi aclamado e coroado rei de Portugal, colocando fim a 60 anos de União Ibérica. Por conta disso, o rei Felipe IV desistiu de apoiar os portugueses na luta contra os neerlandeses, embora ele mesmo continuasse em guerra com os Países Baixos, reflexo da longa Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648).

Mas o quão importante é esse relatório para os estudos históricos sobre o Brasil colonial? Para responder tal indagação, dividimos nossa resposta em três partes, as quais consistiram também em nossas considerações finais.

Primeiro, a nível de estudos sobre o Brasil holandês, o relatório é uma fonte singular e a segunda com maior nível de detalhes, mesmo que ele e o relato de Barléus nos apresente apenas um dos lados daquelas batalhas, mesmo assim, é de grande serventia, permitindo compreender os aspectos, contexto, desenrolar e consequências sobre a terceira armada de socorro enviada pela Coroa Ibérica para auxiliar os colonos na luta contra os neerlandeses. Ademais, o relatório também nos fornece outras informações de cunho administrativo nas demais seções dele, como salientado, o que pode interessar pesquisadores que não sejam afeitos a temas navais e militares, mas tenham interesse em pesquisar o contexto da administração da WIC no Brasil, lembrando que existem boas dissertações e teses a respeito, mostrando o potencial dessa temática de estudo.

Segundo, o relatório é significativo para o historiador que trabalha com temas relacionados a história marítima, campo historiográfico que estuda a relação do ser humano com o mar através de embarcações, técnicas de navegação, instrumentos náuticos, ofícios marítimos, batalhas, portos, estruturas, marinhas, paisagem marítima, política, economia, sociedades, cultura, migração, viagens, expedições etc. (OLIVEIRA; GOMES, 2025).

Neste âmbito por se tratar de uma das maiores batalhas navais do período colonial brasileiro, o relatório consegue completar o relato de Barléus, além de fornecer informações específicas de alguns momentos dos conflitos, permitindo identificar o nome de alguns navios neerlandeses envolvidos, os almirantes e capitães, alguns navios que naufragaram e táticas de



batalha. Por conta disso, o relatório se revela uma fonte importante para o estudo da história marítima durante o Brasil holandês.

Terceiro, o relatório é importante para os estudos sobre nova história militar, a qual analisa fatores militares como batalhas e guerras por abordagens da história cultural, política, econômica, social, religiosa, simbólica etc., não se restringindo apenas a descrição das batalhas e táticas empregadas. (PARENTE, 2009). Dessa forma, o relatório possui informações sobre conflitos navais, mas também ordens para mobilização de tropas neerlandesas e das tropas portuguesas, além de informes sobre a localização dessas tropas e seus contingentes, o que permite mapear as ações de ataque e defesa nos meses de janeiro e fevereiro de 1640. Assim, ele consiste em uma fonte primária significativa por conta desses motivos e que se encontra disponível gratuitamente no site da revista do IHGB.

Referências bibliográficas

Fontes

BARLEÚS, Gaspar. **História os feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau** etc. Tradução e notas de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1942.

HYGINO, José. Batalha Naval de 1640 e outras peripécias da guerra holandesa no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LVIII, parte 1, 1-58, 1895.

MENESES, Luís de (Conde da Ericeira). **História de Portugal restaurado**. Tomo I. Lisboa: oficina de João Galvão, 1679. 2t

SALVADO, João Paulo; MIRANDA, Susan Münch (eds.). **Cartas do 1º Conde da Torre**, vol. 1. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. 3v

Referências

BOXER, Charles Ralph. **Os holandeses no Brasil: 1624-1654**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1961. (Coleção Brasiliana, vol. 312).

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GARCIA, Rodolfo (org.). **Obras do Barão do Rio Branco VI: efemérides brasileiras**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

GONÇALVES, Sérgio Campos. A escrita da história do Brasil: O pensamento Civilizador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena; ARAUJO, Valdeí (orgs.). **Caderno de resumos & Anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado**. Ouro Preto: EdUFOP, 2010, p. 1-12.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HRUBY, Hugo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos. **IX Encontro Estadual de História: Vestígios do Passado, a história e suas fontes**. ANPUH, Seção do Rio Grande do Sul, 2008, p. 1-12.

MACHADO, Maximiliano Lopes. Sessão Especial de 9 de maio de 1886. **Revista do Instituto Arqueológico e Geographico Pernambucano**, n. 30, junho de 1886, p. 3-171.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **O Brasil holandês (1630-1654)**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2010.

OLIVEIRA, Leandro Vilar. O ataque naval neerlandês a Bahia: 400 anos da conquista e restauração de Salvador (1624-1625). **Atlanticus: Revista do Museu EXEA**, v. 4, p. 36-64, 2025.

OLIVEIRA, Leandro Vilar. **Guerras luso-holandesas na Capitania da Paraíba (1631-1634): um estudo documental e historiográfico**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

OLIVEIRA, Leandro Vilar; GOMES, George Henrique de Vasconcelos. História marítima: conceito, teorias e métodos. **Atlanticus: Revista do Museu EXEA**, v. 4, p. 10-35, 2025.

ORTIGÃO, Ramalho. **Holanda**. 8ª ed. Lisboa: Printer Portuguesa, 1988.



PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma nova história militar. **Revista Brasileira de História Militar**, edição especial de lançamento, 2009.

PILLAR, Thanira Chayb de. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: uma descrição. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 339-344, junho 2001.

ROMERO, Sylvio. **A História do Brasil ensinada pela biografia de seus heroes**. (Livro para as classes primarias). Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & Comp, 1890.

SILVA, Leonardo Dantas. BRASIL HOLANDÊS: Os caminhos do conhecimento. In: GALINDO, Marcos; GALINDO, Marcos (orgs.). **Guia de fontes para a história do Brasil holandês**: acervos de manuscritos em arquivos holandeses. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. p. X–XLIII.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brazil desde 1624 a 1654**. Viena: Impresso por C. Finsterbeck, 1871.